



Am.
Abreu
A7

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53

Assembleia de Freguesia
da
União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina, São Bartolomeu

Ata n.º 04/2019

Ao vigésimo terceiro dia do mês de Setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu, em **sessão ordinária**, na sede da União das Freguesias de Coimbra, sita no Bairro Sousa Pinto, número trinta e sete, em conformidade com a alínea b) n.º 1 do artigo 14º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, dando cumprimento ao artigo 11º do mesmo diploma e com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de Antes da Ordem do Dia.
 - 1.1 Apreciação e votação das propostas de atas 01/2019 e 02/2019.
 - 1.2 Leitura do expediente e informações/ esclarecimentos diversos à Assembleia.
 - 1.3 Assuntos gerais diversos de interesse autárquico com carácter urgente e que não implicam votações.
2. Debate e sufrágio da revisão orçamental suscitada por mais um ano do Projecto JUNTAR na UFC (**Anexo 1**).
3. Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Coimbra acerca da actividade desta (**Anexo 2**), bem como da situação financeira actual da União (**Anexo 3**).
4. Outros assuntos de interesse para a União de Freguesias, a serem suscitados pelos membros da Assembleia.
5. Período de intervenção do público.

Estiveram presentes os Srs./as deputados/as à Assembleia de Freguesias (com as respectivas assinaturas nas folhas de presença):

- Maria do Carmo de Sousa Ferreira, Jovino Augusto Armando Lourenço da Chão, Manuel Barata de Tovar Portel Vieira e Hugo Valente Abreu (PPD/PSD);

- Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões, 1.º Secretário da Mesa de Assembleia (CDS-PP);

- Apolino Manuel dos Santos Pereira, Nuno Miguel Marques de Sousa, Carla Alexandra Ribeiro da Silva Azevedo de Freitas e Ricardo José dos Reis Barata (PS);

- Afonso Miguel de Freitas Tavares Madeira, Presidente da Mesa de Assembleia, e Mariana Alexandra Miranda Ribeiro, 2.º Secretário da Mesa da Assembleia (Grupo de Cidadãos Eleitores “Somos Coimbra”);

- Maria Helena Dias Loureiro (Grupo de Cidadãos Eleitores “Cidadãos por Coimbra”);

- Gonçalo José Mourão de Almeida (CDU – Coligação Democrática Unitária).

54 Estiveram igualmente presentes os Membros do Executivo João Francisco Monteiro de
55 Lencastre Campos (Presidente da Junta) e Carlos Rogério Antunes Pinto (Secretário).

56
57 Não existiu público.

58
59
60 O Presidente da Mesa da Assembleia abriu a sessão informando os presentes da ausência de três
61 membros do Executivo: Américo Alves Petim (Tesoureiro), Manuel Fernando dos Santos
62 Lobão (1.º Vogal) e Hélder Rodrigues Abreu (2.º Vogal).

63
64 Imediatamente a seguir, introduziu o **Ponto 1.1 (Apreciação e votação das propostas de atas**
65 **01/2019 e 02/2019)** mas fê-lo com uma referência ao estado de execução da ata 03/2019.

66
67 Segundo informou, esta última não foi apresentada porque passou a ser a funcionária Cristina
68 Oliveira a pessoa incumbida de redigir as atas após estarem concluídas as propostas de atas
69 01/2019 e 02/2019 e a referida funcionária ainda teve pouco tempo para se inteirar de todas as
70 implicações.

71
72 O deputado Nuno Sousa sugeriu então algumas alterações ao texto da ata 01/2019 e essas
73 alterações foram aceites.

74
75 Na seguinte intervenção, a deputada Maria Helena Loureiro quis deixar claro que o CpC, apesar
76 de reconhecer que um funcionário lavrar as atas é absolutamente legal, lamenta profundamente
77 esta solução, dado o ónus colocado sobre a trabalhadora num contexto cheio de problemas. Para
78 a deputada, houve aqui mesmo certa falta de ética.

79
80 Em complemento, declarou que uma coisa é a pronúncia relativamente a incorrecções numa ata
81 escrita pelos pares, outra coisa mais sensível é o pronunciamento sobre os eventuais erros de
82 uma ata que é feita por uma funcionária, para mais se não tiver experiência deste tipo de tarefa.

83
84 A deputada passou então a sugerir algumas mudanças no texto da ata 01/2019.

85
86 Gerou algum confronto de perspectivas entre a deputada e o Presidente da UFC o que teria sido
87 dito por ambos, na sessão a que corresponde a ata 01/2019, a propósito de uma agressão à
88 funcionária Cristina Oliveira.

89
90 A deputada Maria Helena Loureiro salientou ter levantado a questão de uma eventual agressão à
91 funcionária não por ter um conhecimento directo mas sim por isso lhe ter sido transmitido por
92 uma freguesa. Do mesmo modo, deixou claro ter sido a dita freguesa a postular que a agressão
93 teria sido feita por alguém conhecido do Secretário da Junta.

94
95 Perante o posicionamento do Presidente da UFC, que negou ter dito desconhecer qualquer
96 agressão à funcionária, ao contrário do sugerido na proposta de ata em discussão, e subsistirem
97 dúvidas a esse respeito por parte de vários deputados, com destaque para a do CpC, e da própria
98 Mesa, o Presidente da Assembleia decidiu retirar da votação a ata 01/2019. Ouvida novamente a
99 gravação da sessão da ata para retirar dúvidas, a ata será alvo de uma outra submissão a votos
100 em data posterior.

101
102 Isso não exclui a inclusão no texto das alterações propostas anteriormente pelo deputado Nuno
103 Sousa e da generalidade das propostas pela deputada Maria Helena Loureiro.

104
105 Com a palavra o deputado Apolino Pereira, deixou algumas críticas à actividade de redacção
106 das atas, tal como se tem verificado. A tónica esteve sobretudo no tempo que leva para que
107 certas atas sejam apresentadas para votação.

108

109 O deputado Gonçalo Almeida, por seu lado, quis avançar de imediato com outra proposta de
110 alteração ao texto da ata 01/2019, independentemente de a votação vir a ser só em data
111 posterior.
112

113 Acrescentou que a funcionária agora encarregue de lavrar as atas deve trabalhar nelas só durante
114 o seu horário de trabalho, dado que certamente não receberá horas extraordinárias.
115

116 Para que não restasse qualquer tipo de dúvidas, o Presidente da Assembleia, em consonância
117 com o decidido pelo Presidente do Executivo, declarou que a funcionária Cristina Oliveira
118 passará a ter os períodos laborais das manhãs para realizar trabalho relacionado com a
119 Assembleia, com prioridade para as atas. Só não havendo trabalho respeitante à Assembleia
120 para realizar é que irá ver se as colegas podem beneficiar de ajuda com outras tarefas.
121

122 Dito isto, o Presidente da Assembleia deixou em aberto a possibilidade de acolher mais
123 alterações ao texto da ata 01/2019, caso alguém tivesse mais a apresentar, mesmo a ata não
124 sendo votada no dia a decorrer.
125

126 Os deputados não quiseram intervir mais sobre a ata 01/2019, tendo ficado estabelecido aí que
127 não tinham alterações a apresentar para além das já enunciadas.
128

129 Já tendo em mente a ata 02/2019, o deputado Gonçalo Almeida fez algumas sugestões de
130 revisão de imediato aceites. Assim como de imediato se assegurou ao deputado que todos os
131 anexos às atas que ainda não estivessem em posse dos deputados lhes deveriam ser facultados
132 antes de as votarem, incluindo-se nesse rol os pedidos de substituição e justificações de faltas.
133

134 Passada a palavra ao deputado Nuno Sousa, este sugeriu igualmente algumas alterações à ata
135 02/2019 e as alterações sugeridas foram aceites de imediato.
136

137 O mesmo se passou depois com o deputado Ricardo Barata.
138

139 A ata 02/2019 foi **aprovada**, mediante as alterações sugeridas, com **11 votos a favor** (Maria do
140 Carmo Ferreira, Jovino da Chão, Manuel Tovar Vieira, Hugo Valente Abreu, Apolino Pereira,
141 Nuno Sousa, Ricardo Barata, Afonso Madeira, Mariana Ribeiro, Ana Isabel Simões e Gonçalo
142 Almeida) e as **2 abstenções** das deputadas com ausências na sessão a que corresponde a ata
143 (Carla Ribeiro Freitas e Maria Helena Loureiro).
144

145 **Vazio o Ponto 1.2 (Leitura do expediente e informações/ esclarecimentos diversos à**
146 **Assembleia)** excepto pelos esclarecimentos sobre a produção das atas, o Presidente da Mesa da
147 Assembleia passou ao **Ponto 1.3 (Assuntos gerais diversos de interesse autárquico com**
148 **carácter urgente e que não implicam votações).**
149

150 Neste âmbito, o deputado Nuno Sousa chamou a atenção para várias rachaduras num muro perto
151 do Polidesportivo Fernando Duarte que sustêm terras num declive, salientando a Junta ter já
152 sido alertada em ocasiões anteriores. Sugeriu uma análise da Junta e posterior comunicação aos
153 serviços camarários.
154

155 O Presidente da Junta respondeu estar a par e ter já promovido contactos a este respeito com a
156 Protecção Civil e com a Câmara Municipal de Coimbra.
157

158 Passou-se então ao **Ponto 2 (Debate e sufrágio da revisão orçamental suscitada por mais um**
159 **ano do Projecto JUNTAR na UFC).**
160

161 O Presidente iniciou este ponto congratulando-se com mais uma vitória numa candidatura da
162 UFC a um projecto financiado, declarando que não são muitas as freguesias e uniões de
163 freguesias que são bem sucedidas a este nível.

164
165 O deputado Gonçalo Almeida pediu esclarecimento sobre a expressão “outros trabalhos
166 especializados” no documento em apreço e foi esclarecido. Num momento seguinte,
167 pronunciou-se no sentido de o resto das verbas implicadas serem verbas já previstas para o
168 exercício anterior e, por isso, sem muito mais que se dissesse.

169
170 O Presidente da Mesa da Assembleia deu então indicação de estar presente a partir desse
171 momento o contabilista da UFC, Nelson Trindade, e de este estar autorizado a prestar todos os
172 esclarecimentos julgados necessários.

173
174 Após informação de um lapso por parte do próprio Presidente da UFC, o Presidente da Mesa
175 estabeleceu que onde há um acumulado de “quinze mil euros” para serviços inespecíficos, se
176 deve passar a ler doze mil e quinhentos euros. Complementarmente, a rubrica “Ferramentas e
177 Utensílios” contará com mais dois mil e quinhentos euros.

178
179 O Presidente da Junta, o contabilista e os deputados, com especial destaque para o deputado
180 Gonçalo Almeida, concordaram com esta solução.

181
182 No contexto da utilização de verbas e em face de se ter falado sobre o Polidesportivo Fernando
183 Duarte, Gonçalo Almeida propôs que a remodelação desse espaço fosse complementada com a
184 colocação de tabelas de basquetebol.

185
186 O Presidente da UFC concordou com a proposta e acrescentou que o Tesoureiro da Junta lhe
187 houvera proposto o mesmo. Segundo o Presidente, está a aguardar-se a colaboração da Câmara
188 Municipal para poder colocar uma cobertura sobre o Polidesportivo e estão a decorrer
189 conversações com o Clube Desportivo Pedrulhense para a dinamização do espaço.

190
191 O deputado Nuno Sousa pediu a palavra para apurar se a revisão orçamental proposta se deve
192 apenas ao Projecto JUNTAR, uma vez que lhe pareceu haver englobadas coisas alheias a esse
193 projecto. O contabilista da UFC clarificou o que se prendia com o JUNTAR e o que era
194 estranho a ele, admitindo haver aspectos pontuais que não se relacionam directamente com o
195 dito projecto.

196
197 Com a palavra o deputado Manuel Tovar Vieira, exprimiu o seu entusiasmo por haver um
198 reforço orçamental e defendeu que este se devia ao bom trabalho feito no primeiro ano de
199 implantação do Projecto JUNTAR na UFC.

200
201 **Votada a revisão orçamental proposta, foi aprovada com 11 votos a favor e 1 abstenção (do**
202 **deputado Gonçalo Almeida).**

203
204 **Feita a votação, logo se transitou para o Ponto 3 (Apreciação da informação do Sr.**
205 **Presidente da Junta da União das Freguesias de Coimbra acerca da actividade desta, bem**
206 **como da situação financeira actual da União).**

207
208 O Presidente da Assembleia, olhando ao enunciado do Ponto 3, entendeu fazer uma precisão: as
209 actividades a considerar serão igualmente as do Secretário da Junta durante um período em que
210 este substituiu o Presidente de Junta na ausência deste último.

211
212 O deputado Gonçalo Almeida pediu algumas indicações sobre as actividades do Presidente e do
213 Secretário.

214
215 Num segundo momento, salientou o grau de execução das despesas previstas pela UFC para
216 2019 estar apenas a 25% passado que está o meio do ano. Mesmo que os números se reportem a
217 Junho, é uma situação fora do normal.

218

219 O Presidente da UFC clarificou que esta situação se deve à Junta estar ainda a aguardar os
220 projectos da Câmara Municipal para as obras cuja execução esta delegou na UFC. Sem projecto,
221 há obras paradas de 2017, 2018 e 2019. Por outro lado, apesar de estar orçamentado o dinheiro
222 para todas essas obras, a Câmara não o disponibiliza senão perante a execução delas.
223

224 Afonso Madeira, Maria Helena Loureiro, Ricardo Barata, Hugo Valente Abreu, Apolino Pereira
225 e Ana Isabel Simões pronunciaram-se igualmente sobre o Ponto 3 da Ordem de Trabalho,
226 pedindo o melhor esclarecimento de certos pontos.
227

228 Já no **Ponto 4 (Outros assuntos de interesse para a União de Freguesias, a serem suscitados**
229 **pelos membros da Assembleia)**, foi apresentada uma moção pelo GCE “Somos Coimbra”
230 sobre eventuais geminações ou acordos de aproximação com entidades congéneres (**Anexo 4**).
231

232 O Presidente da Junta elogiou a iniciativa mas chamou a atenção para a necessidade de o
233 Executivo ter algum tempo para a analisar as várias possibilidades sugeridas.
234

235 O Presidente da Mesa da Assembleia, enquanto representante do GCE “Somos Coimbra”,
236 elucidou que qualquer data apontada poderia ser encarada somente como indicativa,
237 eventualmente uma recomendação.
238

239 Por sua vez, o deputado Gonçalo Almeida quis recordar que já existiu pelo menos um caso de
240 geminação nas freguesias agora unidas como UFC, falando especificamente de um caso de
241 geminação entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Cruz do Arquipélago da Madeira.
242

243 Todavia, o deputado pronunciou ser de evitar associar a UFC a algumas entidades congéneres
244 estrangeiras marcadas por práticas racistas, antidemocráticas e atentatórias dos Direitos
245 Humanos.
246

247 Tendo em mente evitar eventuais despesas específicas, propôs que, para já, as geminações e
248 acordos se limitassem ao território nacional português.
249

250 A deputada Maria Helena Loureiro, intervindo a seguir ao deputado Gonçalo Almeida, também
251 qualificou de louvável esta ideia mas informou que o GCE “Cidadãos por Coimbra” necessitaria
252 de mais tempo para se poder pronunciar de forma segura sobre cada hipóteses de geminação ou
253 acordo apresentada.
254

255 Não obstante uma concordância genérica, secundou a preocupação do deputado Gonçalo
256 Almeida com casos em que as administrações territoriais estão associadas à violação dos
257 Direitos Humanos, ao racismo e a muitas práticas condenáveis. Com isto, referiu-se
258 especificamente à paróquia civil (“parish”) de Ibéria, na Louisiana, Estados Unidos da América.
259

260 Por seu lado, o deputado Manuel Tovar Vieira sugeriu que fosse revista a moção do GCE
261 “Somos Coimbra” ou que, em alternativa, se deixasse ao Executivo trabalhar livremente sobre
262 este assunto, que, no fundo, até é uma competência dele.
263

264 O deputado Gonçalo Almeida voltou a intervir para manifestar que não deixava de ser
265 importante qualquer proposta ser sempre concernente a países que tenham um bom
266 entendimento dos Direitos Humanos. Segundo acrescentou, não lhe parecem aceitáveis acordos
267 com países que têm prevista a pena de morte.
268

269 Perante as sugestões, Afonso Madeira declarou retirar o documento apresentado da votação,
270 ficando apenas uma sugestão oral dos deputados ao Executivo no sentido de analisar boas ideias
271 de cooperação com entidades congéneres.
272

273 O Presidente da UFC e do Executivo, João Francisco Campos, disse então que iria aproveitar

274 uma viagem de carácter privado à Madeira, em Fevereiro 2020, para tentar falar com o
275 Presidente da Junta de Santa Cruz da Madeira. Podendo reavivar-se algo que já tem existência
276 jurídica, poderá começar-se a trilhar o caminho da cooperação com entidades congéneres por aí.

277
278 Tendo-se já alcançado a meia-noite, ficou em causa a prossecução dos trabalhos.

279
280 Ao que o Presidente da Junta fez uma proposta à Mesa: prosseguir numa sessão extraordinária
281 que João Francisco Campos já pensava solicitar pelo menos para ratificar em Assembleia
282 protocolos aprovados em reuniões do Executivo.

283
284 O deputado Gonçalo Almeida, que anteriormente ainda pretendia intervir nesta reunião, disse
285 que iria assim poder, com mais tempo, ordenar alguns assuntos ali pendentes, mas que era uma
286 pena este período designado "Outros assuntos" ser subaproveitado quase sempre, até porque é
287 quando os deputados costumam apresentar a maioria das preocupações que lhes fizeram chegar
288 os fregueses.

289
290 Mais disse que não seria talvez descabido passar a ter este ponto na abertura das sessões,
291 sobretudo despendendo-se tanto tempo com a discussão das atas.

292
293 Ainda antes de ser dada por encerrada a reunião, o Presidente da UFC comunicou aos deputados
294 ter sido convidado para integrar a futura direcção da Agência para a Promoção da Baixa de
295 Coimbra (APBC).

296
297 Às 0 horas e 20 minutos do vigésimo quarto dia do mês de Setembro do ano de dois mil e
298 dezanove, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião.

299
300
301

302 A sessão foi retomada no vigésimo sexto dia do mês de Dezembro, pelas 21 horas, na sede da
303 União das Freguesias de Coimbra, para que se pudesse concluir o Ponto 4 da Ordem de
304 Trabalhos.

305
306 O Presidente da Mesa abriu a reunião com o anúncio da substituição da deputada Carla
307 Alexandra Ribeiro da Silva Azevedo de Freitas, do PS, pela pessoa seguinte na lista desta força
308 política: António Virgílio de Albuquerque Baptista Mendes (Anexo 5).

309
310 A Mesa nada teve a opor a esta substituição.

311
312 O Presidente da Assembleia deu então a palavra ao deputado Gonçalo Almeida, que começou
313 por questionar que protocolos foram celebrados pelo Executivo e ainda não chegaram à
314 Assembleia para obter aprovação.

315
316 Num segundo momento, o deputado perguntou que acções foram tomadas pela Junta para
317 limpar uma área onde outrora existiu uma serração.

318
319 O terceiro ponto da intervenção foi uma abordagem aos problemas de trânsito da Avenida
320 Marnoco e Sousa.

321
322 O quarto ponto foi uma interpelação ao Executivo no sentido de apurar quantas pessoas
323 trabalham para a UFC e em que situações jurídico-laborais elas se encontram.

324
325 Em quinto lugar, o deputado da CDU manifestou a sua vontade de saber como está o processo
326 de colocação de uma placa toponímica na Rua Mário Pais.

327
328 Nesta sequência, o deputado Gonçalo Almeida deixou à Junta uma proposta no sentido de esta

329 defender recolhas de lixo biduárias, a meio da tarde e à noite, na zona do Arnado.
330
331 Por último, o deputado solicitou ao Executivo a Ata de Instalação do Executivo da Junta de
332 Santa Cruz após as primeiras eleições autárquicas realizadas em Portugal, tendo a intenção de a
333 entregar, como forma de homenagem, à senhora que é a última integrante ainda com vida desse
334 colectivo, no próximo 25 de Abril.
335
336 Em resposta, o Presidente da UFC disse ser sua opinião fazer mais sentido as questões do
337 deputado serem apresentadas por escrito numa ocasião posterior.
338
339 Todavia, no concernente à placa toponímica supra mencionada, esclareceu logo não existir
340 qualquer desenvolvimento recente a registar e deixou bem claro tratar-se de uma competência
341 da Câmara Municipal.
342
343 O deputado Gonçalo Almeida contrapôs então já ter apresentado todas as questões por escrito ao
344 Executivo, ficando na dúvida sobre se alguém lê os e-mails que são dirigidos a este.
345
346 Por sua vez, o deputado Ricardo Barata chamou a atenção para os benefícios do rebaixamento
347 de passeios, destacando um caso registado na Avenida Fernão de Magalhães.
348
349 Respondendo, o Presidente da UFC comprometeu-se a alertar a Câmara Municipal de Coimbra
350 para esta matéria.
351
352 A deputada Maria Helena Loureiro começou a sua intervenção por um posicionamento conjunto
353 com o deputado Gonçalo Almeida sobre a inconveniência de marcar as reuniões para formar as
354 mesas eleitorais ao meio da tarde.
355
356 Seguidamente, a deputada chamou a atenção para o mau estado de bocas-de-incêndio (com
357 especial enfoque no cenário que se encontra à entrada da Cozinha Económica), o
358 estacionamento abusivo na Praça do Comércio e a degradação do passeio junto ao antigo Hotel
359 Mondego após as obras ali feitas.
360
361 O Presidente da UFC concordou com as preocupações da deputada Maria Helena Loureiro e
362 declarou existirem já várias acções concretas da Junta a este respeito, mesmo com os limites dos
363 seus poderes.
364
365 Por sua vez, o deputado António Virgílio Mendes quis saber o estado dos litígios entre a UFC e
366 os comerciantes do Mercado do Calhabé com rendas em atraso.
367
368 O Presidente da Junta anunciou só subsistir um caso de incumprimento no pagamento das
369 rendas, conquanto seja grave, tratando-se mesmo de um incumprimento que se prolonga há mais
370 de três anos.
371
372 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou
373 a presente ata, a qual, uma vez aprovada, vai a assinar pelo Presidente e Secretárias da Mesa.

António Miguel de Freitas Teófilo

Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões

Flávia Alexandra Pereira Ribeiro

